

Feyo de Azevedo, S., Colaboração mensal no Diário Jornal de Notícias, na coluna ‘Artigos de Opinião’, desde 14 de abril de 2015 até 12 de junho de 2018, tendo neste período assinado os seguintes 42 artigos:

1. Quatro anos de Troika, um País adiado, 14 de abril de 2015
2. Promover a empregabilidade é um esforço coletivo, 12 de maio de 2015
3. Sempre, O Admirável Mundo Novo..., 16 de junho de 2015
4. Melhorar a produção legislativa... ‘salvo melhor opinião’, 13 de julho de 2015
5. Falsas partidas na pré-campanha eleitoral... ‘e o Povo é que paga...’, 11 de agosto de 2015
6. Refletir sobre os resultados do acesso ao ensino superior, 8 de setembro de 2015
7. A síndrome da memória curta - o necessário acordo de regime, 6 de outubro de 2015
8. Não à radicalização, 3 de novembro de 2015
9. Cultura de políticas de desenvolvimento – mudar, 1 de dezembro de 2015
10. 2015-2016, tempo de balanço em tempos difíceis, 29 de dezembro de 2015
11. Um ciclo novo - desafios para Portugal, 26 de janeiro de 2016
12. TAP – problema nacional, sinal dos tempos, 23 de fevereiro de 2016
13. Universidade do Porto – 105.º aniversário, 22 de março de 2016
14. Encruzilhada da Europa – responsabilidade social, 19 de abril de 2016
15. O Túnel do Marão e o Desenvolvimento Regional, 17 de maio de 2016
16. Que defesa do sistema público?, 14 de junho de 2016
17. Ensino Superior – autonomia e desburocratização, 12 de julho de 2016
18. Fuga para a frente - a racionalidade das coisas, 9 de agosto de 2016
19. O desafio do crescimento, hoje como ontem, 6 de setembro de 2016
20. Os problemas da Europa e os nossos problemas, 4 de outubro de 2016
21. Público versus Privado, 1 de novembro de 2016
22. Políticas de desenvolvimento – mudar 2.0, 29 de novembro de 2016
23. 2017 - certezas para lá das incertezas, 27 de dezembro de 2016

24. A Europa e o diálogo civilizacional, 24 de janeiro de 2017
25. A Suástica e outras Cruzes, 21 de fevereiro de 2017
26. Universidade do Porto – 106.º Aniversário, 21 de março de 2017
27. O abuso dos Jornais de Parede da era moderna, 18 de abril de 2017
28. Inovação e mudança, acompanhando os tempos, 16 de maio de 2017
29. Agência Europeia do Medicamento – mais um caso, 13 de junho de 2017
30. Há que evoluir culturalmente para a reconstrução nacional, 11 de julho de 2017
31. Sobre os frágeis textos do edifício legal, 8 de agosto de 2017
32. Conhecimento e Território - prioridades nacionais, 5 de Setembro de 2017
33. Projetar as Autárquicas no futuro, 3 de outubro de 2017
34. A Catalunha e a União Europeia, 31 de outubro de 2017
35. A respeito do Infarmed – o cerne da questão, 28 de novembro de 2017
36. Intrigas nas Cortes, resistência à mudança, em 26 de dezembro de 2017
37. O Estado de Direito e o Pacto para a Justiça, em 23 de janeiro de 2018
38. Janelas de oportunidade da vida democrática, em 20 de fevereiro de 2018
39. Universidade do Porto – 107.º Aniversário, em 20 de março de 2018
40. Visita de Estado ao Egito – uma lança em África, em 17 de abril de 2018
41. A Universidade e a Transformação Digital, em 15 de maio de 2018
42. Caro Regime, que resposta aos problemas?, em 12 de junho de 2018

Quatro anos de Troika, um País adiado

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 14 de abril de 2015

1. Estão a cumprir-se quatro anos da data em que o primeiro-ministro, José Sócrates, anunciou que o Governo dirigira um pedido de assistência financeira à Comissão Europeia para garantir condições de financiamento a Portugal e ao seu sistema financeiro. A essa decisão seguiu-se a assinatura, em 17 de Maio de 2011, do Memorando de Entendimento que condicionou da forma que todos conhecemos a vida de milhões de portugueses nestes anos.

As janelas de oportunidade que se abriram com esta crise, para se fazerem as reformas, as tais reformas estruturais de que se fala há tantos anos, essenciais para nos colocarmos no carril certo do futuro, não foram mais uma vez devidamente aproveitadas, ou não tiveram o sucesso desejado.

Na realidade, mantemos uma incapacidade de convergência para as trajetórias de crescimento do grupo de referência europeu, tal como praticamente todos os indicadores do Eurostat o evidenciam. Factualmente, cerca de 30 anos após a adesão, estamos ainda longe da integração Europeia plena.

Acresce a este panorama que o País Político parece apostado em transmitir ao Povo, sob várias formas, uma imagem de País adiado, por inação face à proximidade das eleições legislativas e na intempestiva discussão sobre as eleições presidenciais que acaba de ser aberta.

2. Neste quadro e conjuntura muito difíceis, em que se incluem reduções orçamentais drásticas no sistema público, mantenho, ainda assim, uma convicção profunda de que Portugal é viável como parceiro igual na União Europeia. Sustento esta convicção no que conheço de nós próprios e do Mundo. Nós não temos deficit de capacidade individual. Temos conhecimento, atitude e capacidade de trabalho. Reconheçamos o deficit relativo de organização e cultura coletivas. É bem claro que o sucesso individual só por si em nada garante o progresso sustentado de um Povo. É a cultura de organização da sociedade, das suas instituições e empresas, particularmente a cultura de qualidade e de adaptação aos tempos, que faz a diferença.

E aqui reside a chave do futuro. Evolução cultural em todas as suas dimensões.

Saibamos antecipar esse futuro. Tenhamos a capacidade de ousar a mudança.

Se não formos capazes de perceber isso, não saímos disto.

Promover a empregabilidade é um esforço coletivo

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 12 de maio de 2015

1. Penso que muitos de nós vivemos um período existencial de imensa angústia, na perceção que se foi entranhando em nós da incapacidade coletiva nacional de gerar trabalho para os Portugueses, trabalho que é um bem essencial para a dignidade humana. Desemprego, trabalho precário e salários baixos, enfim pobreza crescente, atingindo em particular os jovens, representam a face mais dura e visível da conjuntura em que vivemos, e iremos viver nos próximos anos, fruto de políticas e de governação, de muitos anos, incapazes de preparar o País para responder aos desafios competitivos das sociedades contemporâneas mais avançadas, em particular incapazes de promover e concretizar um modelo de vivência socialmente responsável. O problema é obviamente multifacetado e de grande complexidade, mas temos que o atacar. E, independentemente de grandes estratégias, o problema só se resolverá ou atenuará, na medida em que todos contribuamos convictamente para esse objetivo superior.

2. Nesta visão de necessário esforço coletivo a U.Porto criou uma pró-reitoria destinada a tratar dos assuntos específicos dos estudantes, em que pontifica o Gabinete de Empregabilidade e o seu Observatório do Emprego, estrutura voltada para a sociedade e para o mundo empresarial. Fazem parte do Observatório, além de todas as Faculdades e Associações de Estudantes da U.Porto, o Instituto da Juventude, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, o Instituto Nacional de Estatística, as Ordens e Associações Profissionais, algumas Instituições Bancárias e Empresas que lhes estão associadas, a Associação Empresarial de Portugal e várias Agências Internacionais de Emprego a operar em Portugal. Estão em vias de aderir outras instituições regionais e nacionais muito relevantes. São objetivos centrais do Observatório, identificar e informar sobre a realidade do Emprego em todas as áreas afetas, funcionar como canal de informação dos perfis curriculares que o tecido empresarial necessita e dinamizar o mercado do emprego para os jovens.

É notável a adesão de instituições públicas e privadas a esta iniciativa, o que só vem provar que, trabalhando em conjunto, podemos fazer a diferença no que toca à empregabilidade.

Sempre, O Admirável Mundo Novo...

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 16 de junho de 2015

1. A Fundação Francisco Manuel dos Santos organizou no passado dia 12 de junho, na Casa da Música, uma conferência subordinada ao tema ‘Admirável Mundo Novo - O futuro chegou cedo demais?’. O tema inspirou-se reconhecidamente no famoso livro de Aldous Huxley ‘A Brave New World’, publicado no ano distante de 1932. Quando percebemos que esta reflexão é atual hoje, como há 83 anos, percebemos que os problemas associados ao impacto social e económico das conquistas da ciência e da tecnologia são intrínsecos à existência e ao desenvolvimento humano. A mensagem é pois que temos que manter, em cada geração, um esforço continuado de perceção dos desafios que se nos colocam perante esses avanços da ciência e da tecnologia, com o objetivo de assegurarmos um contínuo de desenvolvimento equilibrado da dimensão económica e social da vida. É bem claro que a superação desses desafios reclama de nós, sem alternativa, uma atitude de adaptação exigente e continuada aos tempos.

2. Completo este mês de junho um ano de mandato como reitor da Universidade do Porto, com um programa escrito sob o mote ‘antecipar o futuro – ousar a mudança’. Perceba-se a relação deste mote com o antecedente. Em muitos aspetos da nossa vida, aceite-se que não em todos, o futuro só chega cedo demais na medida da nossa incapacidade de o antecipar, o que significa que não raras vezes está nas nossas mãos que esse futuro não nos surpreenda. Os desafios neste dealbar do Séc. XXI estão bem identificados. O aumento da esperança de vida, associado à evolução nas ciências da vida, e a revolução digital ainda na sua infância, conjugados com o xadrez político mundial atual, esse quiçá efémero, construíram um mundo e uma sociedade globais, em que temos que encontrar os nossos pontos de equilíbrio: na relação entre gerações, vista na necessária compreensão pelos mais velhos da visão e das aspirações dos mais novos; no necessário compromisso social intergerações, de que a questão da sustentabilidade do sistema social está na ordem do dia; na criação de novos modelos de trabalho; e, principalmente, na visão de educação ao longo da vida. Enfim, uma adaptação contínua a um Mundo, que no presente e no futuro, tal como no passado, em cada momento, deverá ser sempre visto como um Admirável Mundo Novo.

Melhorar a produção legislativa... ‘salvo melhor opinião’

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 13 de julho de 2015

1. As preocupações que os reitores das universidades exprimiram muito recentemente, primeiro ao governo e depois, em último apelo, aos deputados da maioria, a respeito da Lei de Enquadramento Orçamental, são paradigmáticas dos problemas nacionais. São simplesmente mais uma prova de algo que repetidamente tenho comentado - a situação de deficit competitivo que temos no quadro Europeu é mais um problema interno e menos de culpa externa.

As regras de gestão impostas por esta lei, a aplicar à administração central, tornariam essencialmente inviável a gestão universitária, particularmente em instituições com orçamentos de centenas de milhões de euros.

A boa notícia é que o governo entende esta situação e incluiu uma norma (artigo 5.º do diploma) que no seu entender resolve o problema, excecionando da aplicação às instituições do ensino superior todo um conjunto de artigos que corresponderiam a tal potencial bloqueio de gestão.

A má notícia é que o atual articulado levanta dúvidas de interpretação; os reitores insistem numa reformulação desse artigo por forma a não deixar dúvida sobre o alcance da Lei.

2. Pois, aqui está o objeto desta crónica. Este é um problema recorrente na produção legislativa nacional, que causa dispêndio de energia e de dinheiro, e que, principalmente, mantém um nível de desconforto e conflitualidade legal que prejudica seriamente a gestão institucional.

Recorrentemente, instituições e empresas têm necessidade de solicitar pareceres interpretativos sobre textos legislativos acabados de sair. São pareceres, nalguns casos pagos a peso de ouro, que chegam sempre com aquela nota final do ‘Salvo melhor opinião’.

Poderia dar vários exemplos com que fui confrontado ao longo dos anos, mas fico-me com uma referência a várias passagens de interpretação dúbia do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, que bem precisa de ser revisto na próxima legislatura.

Será assim tão difícil ou impossível um esforço de escrita que diminua o nível de dúvida e de incerteza na interpretação de textos legislativos?

Sou certamente leigo na matéria, mas ainda assim digo, com conhecimento de causa, que é possível fazer bem melhor... ‘salvo melhor opinião’.

Falsas partidas na pré-campanha eleitoral... ‘e o Povo é que paga...’

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 11 de agosto de 2015

1. Há muitos anos que digo e escrevo que confiança é o valor mais importante para o crescimento de uma instituição ou de um país, na sociedade global, democrática e aberta em que vivemos. Essa confiança cresce ou definha na medida da perceção que a sociedade civil, ou a sociedade das nações conforme o universo, vai desenvolvendo, tanto da profundidade e seriedade dos valores que cultivamos, como da qualidade, do rigor e da organização coletiva que impomos no nosso quotidiano, enfim, da nossa real capacidade de cooperar e competir neste Mundo Global.

2. Pois, pensando nesse valor da ‘confiança’, na última semana assistimos a várias falsas partidas na pré-campanha eleitoral. Não se colocou à discussão, até agora, o que realmente importa: uma apreciação profunda dos fatores, internos e externos, incluindo fatores culturais, que estão na base das nossas dificuldades, que não são de hoje; propostas de políticas reformistas, tanto para o setor público, como para o setor privado, que conduzam a crescimento sustentado, única forma de minimizar a prazo a maior chaga da nossa crise, o maior indicador do nosso atraso relativo na Europa, que é o desemprego e o subemprego com salários de pobreza europeia. Ao contrário: foram criadas expectativas, com pressupostos pouco sólidos, sobre o desagravamento fiscal; vimos o sobrevalorizar de dados não consolidados relativos ao emprego, não valorizando o tema do subemprego; assistimos a uma campanha absolutamente surreal de painéis de exteriores, utilizando imagens com mensagens pungentes sobre desemprego, associadas a situações falsas, painéis estes, aprecie-se o paradoxo, trocados, no imediato da reação pública, por outros a falar de ‘confiança’. Um desatino que me fez recordar o eterno António Variações, que escreveu e cantou na sua interpretação mais famosa “... Quando a cabeça não tem juízo,... Quando a cabeça está convencida,... Quando a cabeça está nessa confusão,... O corpo é que paga...”. Transportando para a política, digo eu, o Povo é que paga...

3. Então, que os corredores regressem à linha de partida, lembrando-lhes as regras: aqueles que tiverem nova falsa partida serão desqualificados pelos juízes da competição, pelos Portugueses.

Refletir sobre os resultados do acesso ao ensino superior

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 8 de setembro de 2015

Foram conhecidos há dois dias os resultados da primeira fase do acesso ao ensino superior, para 2015-2016. Deixo os leitores com três comentários para reflexão sobre este importante assunto:

Em primeiro lugar, merece relevo a melhoria de indicadores globais, nomeadamente o aumento do número de estudantes colocados na primeira fase. É bom. Nunca será excessivo passar a mensagem, aos jovens e às suas famílias, da relevância dos estudos superiores para as carreiras destes jovens, mesmo que venham a trabalhar fora de fronteiras. Estudar, representa o maior investimento que se pode fazer no futuro.

Em segundo lugar, importa assinalar os resultados excepcionais da Universidade do Porto, seja em valores absolutos, seja relativamente aos dos cursos congéneres a nível nacional: (i) 99,3% de preenchimento das vagas disponibilizadas; (ii) o índice de satisfação da procura (n.º de estudantes em primeira opção por vaga oferecida) mais elevado, 1,9; (iii) as classificações mínimas mais elevadas em 36 dos 52 cursos que ofereceu. Estes resultados são consequência natural da perceção que a Sociedade tem da qualidade do trabalho na U.Porto. A qualidade percebida gera reputação. A reputação gera confiança. A confiança gera procura. A U.Porto vai receber generalizadamente o que de melhor temos na nossa juventude que deseja aceder ao ensino superior.

Finalmente, “não há bela sem senão...”. Embora ligeiramente atenuado relativamente a anos anteriores, continua evidente o problema estrutural da oferta nacional para formação superior: 222 cursos com 10 ou menos colocados, dos quais 48 com zero colocados. Este é um problema que persiste há décadas, transversal a vários governos, que os governos reconhecem, mas que não são capazes de resolver. Tenhamos a capacidade de promover políticas que aproveitem racionalmente os meios humanos e materiais valiosíssimos que continuam subutilizados. Fortaleçamos a diversificação da oferta, de modo a ir ao encontro das motivações e das competências dos nossos jovens. Criemos cooperação interinstitucional, nomeadamente sob a forma de consórcios. Neste enorme esforço de recuperação, nesta exigência nacional de crescimento económico, temos que ter a coragem e capacidade de reconhecer os problemas e de atuar no sentido de os eliminarmos.

A síndrome da memória curta - o necessário acordo de regime

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 6 de outubro de 2015

1. Os Seres Humanos têm generalizadamente a memória curta e desconhecem ou não valorizam devidamente a História que não viveram. É nesta realidade que se percebe que 40 anos sejam uma referência de tempo de muitos ciclos políticos da nossa vida: em 40 anos, os atores do passado (a maioria...) deixaram de ser atores e os atuais atores (a maioria...) ou eram crianças, ou ainda não tinham nascido. Desconhecem-se as lições. Sobrepõem-se as agendas e as utopias. Reiniciam-se os ciclos. Retomam-se os erros.

Pois é, dentro de um mês, no dia 6 de novembro, assinalam-se os 40 anos de um debate épico na RTP, entre Soares e Cunhal, de mais de 3 horas, em que de forma brilhante Soares explicou o que os separava. A questão de fundo era o modelo político e os grandes temas ideológicos de divisão projetavam-se na adesão à União Europeia e na saída da NATO, para lá de ‘minudências’ como a da independência de Angola, única grande questão que realmente Cunhal ganhou. Hoje, alguns reacendem o objectivo de fundo da negação da União Europeia, protagonizado por conveniência do momento na rejeição do Euro e na recusa da dívida. Uns tantos, por estratégia, revisitam os conceitos monolíticos, simplistas e desajustados da realidade, de ‘esquerda’ e de ‘direita’. Recomeça o ciclo.

2. No passado dia 27 de Setembro exprimi nas páginas deste jornal a minha opinião relativamente ao necessário entendimento democrático, pós-eleições de 4 de outubro, que traduzisse em governação estável a vontade do Povo expressa nas urnas. Antecipava, no essencial, os (óbvios) resultados que se verificaram, de ausência de uma maioria absoluta associada a um programa coeso. Tinha e tenho como claro que, independentemente de alguns sinais reais de recuperação, continuamos a viver uma imensa crise de dificuldades de desenvolvimento, de desemprego e de pobreza e que Portugal precisa de um governo estável, de base social alargada, para ganhar o combate.

Que se aprenda com a História e que se respeite a vontade do Povo. Face aos resultados eleitorais, o futuro próximo de Portugal passa prioritariamente pelo entendimento entre uma Coligação e um Partido Socialista que tantos serviços relevantes prestaram ao País nos últimos 40 anos. Cada um dos eleitos que assuma as suas responsabilidades.

Não à radicalização

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 3 de novembro de 2015

1. Estamos a viver mais uma vez com o futuro em suspenso, com um governo que parece ser de transição, ainda sem Orçamento do Estado para 2016, à espera de um outro governo cuja composição, base de sustentação e programa não conhecemos. Mais uma vez a resiliência do Povo e das instituições é posta à prova. Nós podemos iludir-nos a nós próprios, mas não tenhamos a ilusão de iludir o ‘tempo’, nas consequências sociais, económicas e políticas da nossa continuada incapacidade de estabilização de rumo e de governação. Precisamos de ter as instituições públicas a funcionar com estabilidade, qualidade e eficiência. Precisamos de confiança para dar à economia a oportunidade de crescer. Não está em causa a necessidade urgente de justiça social que a esmagadora maioria dos Portugueses obviamente defende. Está em causa que essa justiça não se alcança com políticas justas de distribuição do ‘nada’.

2. A grande questão é que vivemos um grave vazio de liderança política dos grandes centro-esquerda e centro-direita da nossa Sociedade, bem identificados nas sucessivas votações eleitorais, desde o 25 de abril. O nosso espectro ideológico, de visão política e social, não é dicromático. Tendo nos extremos uma esquerda e uma direita radicais, como é normal, a nossa sociedade é politicamente policromática, incluindo policromias parciais visíveis, tanto à direita, como ao centro, como à esquerda. Ora, o essencial do que estamos a viver está associado e articulado com a promoção premeditada deste vazio: (i) uma bipolarização artificial, face à base social, conseqüentemente enviesada e condenada ao fracasso, da discussão sobre esse caminho de Portugal para o futuro; (ii) um recrudescimento da luta ideológica, como não víamos desde o Verão Quente de 1975, que se projeta num crescendo de intervenções públicas, cheias de intelectualidade, sugerindo que quem não ler por esta inesperada cartilha do momento é de ‘direita’, uma dicotomia que causa os maiores arrepios a quem conhece e viveu a história do pré e pós 25 de abril, um clima intolerável para as almas livres.

3. Estou certo de que mais uma vez a nossa sociedade civil vai exercer, sob várias formas, um magistério de influência sobre os políticos que elegeu, que limite os excessos e que combata a radicalização, sem o que não existe esperança de desenvolvimento.

Cultura de políticas de desenvolvimento - mudar

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 1 de dezembro de 2015

1. Há tempos li um artigo publicado no Semanário *Guardian Weekly* a respeito da capacidade das regiões de cada país influenciarem as políticas de desenvolvimento. Postulou o articulista que essa capacidade de influência se rege por uma lei universal simples: é inversamente proporcional à distância à Capital. O que muda, de país para país, é a forma como essa diminuição de capacidade de influência ocorre. Nos países desenvolvidos o declive da linha de diminuição com a distância é muito suave: na prática, pouco se nota essa perda de capacidade. Nos países subdesenvolvidos, o declive é muito acentuado: basta ‘sair 5 km da Capital’ para se atingir o nível zero de influência. Mais uma ‘verdade de La Palisse’, dirão alguns dos leitores. Pois, talvez. Mas vale a pena recordá-la e pensar na posição em que Portugal se encontrará nesta verdade universal.

2. A história e os factos mostram-nos que não é com a ‘cultura de mono região’ que se desenvolve um País. Portugal nunca teve uma política de descentralização regional séria, como a que observamos, sob várias formas, na generalidade dos países Europeus mais a Ocidente, e que a União Europeia bem tenta fomentar. Como exemplo, não promovemos a descentralização de grandes serviços públicos, praticada em vários países, algo que a nível político parece ser visto como ‘não realizável’... e que merece a pergunta – porquê?

3. Sob outro ponto de vista, o modelo de financiamento público da investigação é também paradigmático desta cultura instalada. Há anos que sucessivos governos usam fundos estruturais, destinados ao fortalecimento das regiões menos desenvolvidas, em substituição do Orçamento do Estado para as políticas de investigação. Fazem-no, fintando o espírito do ‘princípio da adicionalidade’ das políticas europeias, quiçá também a letra da lei, segundo o qual a contribuição desses fundos não deve substituir o investimento público nacional. Desta forma, privam essas regiões de importantes financiamentos para apoiar o seu desenvolvimento.

No fim da linha, pagamos um preço elevado com estas políticas públicas, que se projecta em grandes assimetrias de desenvolvimento regional, de qualidade de vida e bem-estar do Povo. Algo que definitivamente terá que mudar. Um grande desafio para o Governo, nesta prioridade fundamental de desenvolver harmoniosamente o País.

2015-2016, tempo de balanço em tempos difíceis

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 29 de dezembro de 2015

1. 2015 foi um ano trágico para muitos milhões deste Mundo, um ano excepcionalmente difícil para a Europa e para Portugal. A história repetiu-se, com a *dimensão global* deste *Mundo Global* que tem oportunidades fantásticas, mas também ameaças brutais: a *economia global* continuou a dominar a política, uma receita para um desastre financeiro e social em muitos países; as guerras regionais em todo o Planeta provocaram um imenso *êxodo global*, a lembrar alguns dos cenários mais terríveis de êxodo na Europa da Segunda Grande Guerra; suicidas fanatizados têm trazido o *terrorismo global* para a nossa porta. Foi um ano de empobrecimento, de morte e de sofrimento de milhões. A União Europeia tem que parar e refletir, visitar modelos políticos e económicos, encontrar cura para esta doença, sob risco, e os sinais estão aí, de enfrentar uma epidemia política, económica e social de consequências ainda mais devastadoras. Estou convicto de que reencontrará o seu rumo e o seu desígnio social e solidário.

2. Neste panorama, seja claro que Portugal não pode esconder os seus problemas específicos atrás dos problemas Europeus. A nível interno, 2015 foi um ano mau, dominado pela incerteza política e económica, mas ainda assim espero que tenha sido o fim de um 'cyclum horribilis' da vida nacional, iniciado com muitos anos de políticas de desenvolvimento sem sustentação económica e financeira, concluído com anos de austeridade social dura, particularmente difícil de aceitar face ao louco esbanjar de recursos do sistema financeiro, a que temos assistido perplexos e impotentes, num clima de aparente permissividade. É nesta esperança de futuro coletivo que deixo três desejos simples para 2016: (i) que alcancemos uma estabilização política genuína, apoiada em valores europeus comuns dentro da diversidade de pensamento; (ii) que encontremos um acordo social, um rumo de cultura de organização e conhecimento que promovam a nossa competitividade internacional; (iii) que sejamos capazes de avançar para uma reforma da cultura de governação e gestão de um sistema público que tem que ser forte e produtivo, capaz de oferecer serviços fundamentais na educação, e de fazer frente a processos incompreensíveis para o Povo na justiça e na regulação do sistema financeiro.

A todos, desejo um ótimo 2016.

Um ciclo novo - desafios para Portugal

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 26 de janeiro de 2016

1. O Povo Português elegeu há dois dias, a 24 de janeiro, o Professor Marcelo Rebelo de Sousa para o cargo de Presidente da República. Foi uma escolha clara, dentro dos votos expressos. Vejo o Presidente como tendo um papel determinante para o futuro próximo de Portugal, bem para lá de ser o garante da Constituição e do Estado de Direito: (i) desde logo, como garante e promotor do equilíbrio democrático, acima de interesses conflitantes entre si de micro e macro corporações; (ii) depois, como promotor da confiança do Povo no modelo político prevalecente, que, sendo globalmente o menos mau que conheço, está com as suas fundações reconhecidamente abaladas, como os elevados níveis de abstenção o indiciam, esperando-se do Presidente um magistério de influência indutor do aperfeiçoamento do modelo; (iii) ainda, como gestor e promotor de condições políticas de diálogo democrático alargado, requisito para que consigamos sair da crise social e económica em que continuamos mergulhados.

2. De facto, a recente entrada em funções do governo, num novo quadro parlamentar, criou expectativas de fim de crise, mas realmente a crise mantém-se e vamos continuar a ter restrições de várias ordens, nomeadamente orçamentais, porque o caminho do necessário crescimento com o controlo do deficit, resultante dos acordos europeus, é muito estreito. Ora, este é um desafio que teremos que superar e que acredito podemos superar com as nossas forças, conscientes das nossas fraquezas que ao longo dos últimos quarenta anos conduziram às ajudas externas que recebemos. A mensagem é pois que não podemos esconder os nossos problemas específicos atrás dos problemas orçamentais e que, sim, teremos que estar preparados para fazer mais e melhor com o mesmo. Teremos que evoluir em cultura de organização coletiva e em cultura cívica. Temos áreas de intervenção prioritária reconhecida, como a justiça, a regulação do sistema financeiro, a reforma do Estado, nomeadamente no modelo de funcionamento das grandes instituições públicas e nas políticas laborais públicas, a educação e o desenvolvimento do conhecimento. Olhemos para este ciclo que agora se inicia, como um ciclo de desafios fundamentais para todos nós, de cujo sucesso depende o nosso desenvolvimento como Povo.

TAP – problema nacional, sinal dos tempos

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 23 de fevereiro de 2016

1. A TAP anunciou recentemente a supressão de várias rotas a partir do Aeroporto Sá Carneiro, incluindo rotas europeias de grande valor político e económico. Anunciou simultaneamente a criação de uma ligação Vigo-Lisboa. Estas medidas conjuntas não só representam uma fratura com o objeto do serviço público que esta empresa prestou durante dezenas de anos, como, e principalmente, indiciam, o reforço de um modelo de políticas públicas e privadas articuladas e convergentes, aqui representado pelo reforço da concentração das rotas em Lisboa, que tem sido o responsável primeiro pelo nosso atraso relativo na Europa.
2. Atente-se a que o Aeroporto Sá Carneiro serve a Região Norte e uma parte significativa da Região Centro, isto é serve quase meio Portugal continental. Mas, tem servido igualmente uma boa parte da Galiza, um serviço de grande significado político e económico que provavelmente se esfumará. Em tempos de globalização, de atividade intensa com parceiros internacionais, precisar de dois voos para ir a Bruxelas, Barcelona ou Milão, ou ter uma agenda de voos diretos mais condicionada, representa um retrocesso inaceitável, porque desastroso para a nossa economia e ciência e negativo para o nosso sentimento de pertença nacional.
3. Este é um conflito público que terá que ser resolvido por ação política no terreno, por parte de todos os que pensam que o desenvolvimento nacional se alcança através de políticas de integridade nacional e não de políticas concentracionistas. Perceba-se no entanto que terá que ser resolvido no quadro de uma clarificação do estatuto atual da empresa. É pública ou privada? Se é pública, haverá espaço de intervenção pública. Se é privada, então teremos que assumir as regras e critérios dos ‘mercados sem controlo’, com as consequências correspondentes para os clientes e principalmente para a TAP. Sinal forte de tempos económicos e políticos mundiais que vivemos, mas, mais do que isso, sinal forte de uma cultura nacional que não conseguimos inverter e que realmente tolhe o nosso desenvolvimento. O caminho encetado pelo Presidente da Câmara do Porto para a resolução deste conflito, sendo que este é um problema nacional e não do Porto, parece-me exemplar. Confio que o problema se vai resolver através de uma forte ação responsável de cidadania, assente no direito e na razão. De uma forma ou de outra, lá chegaremos.

Universidade do Porto – 105.º aniversário

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 22 de março de 2016

1. A Universidade do Porto (U.Porto) celebra hoje o seu centésimo quinto aniversário, referido ao formalismo legal da promulgação, em 22 de março de 1911, do decreto do Governo Provisório da República que a fundou. Não releva para o presente contexto o detalhe histórico comprovado de que os antecedentes mais remotos das faculdades que constituem hoje a Universidade se encontram no Séc. XVIII, mas releva notar que foi fundada com duas Faculdades que se constituíram herdeiras de instituições criadas no século XIX – a Faculdade de Medicina, com a Escola de Farmácia anexa, herdeira da Escola Médico Cirúrgica do Porto (1825, 1836), e a Faculdade de Ciências, com a Escola de Engenharia Civil anexa, herdeira da Academia Politécnica (1837).

2. Hoje, a U.Porto cumpre a sua missão de serviço público através de catorze faculdades, nas quais trabalham mais de 2200 docentes e investigadores e mais de 1600 quadros técnicos não docentes. O seu orçamento consolidado com os institutos de interface de que é associada principal ronda os 270 milhões de euros. Enquadra a atividade de mais de 30.000 estudantes, dos quais mais de 3.000 são estudantes de doutoramento e cerca de 3.300 são estrangeiros, oriundos de mais de 115 países. É responsável pelo maior Parque de Ciência e Tecnologia de Portugal, com mais de 200 empresas e de 1.800 postos de trabalho altamente qualificado. Motiva anualmente mais de 70.000 participantes em eventos científicos, artísticos, culturais e desportivo. Motiva anualmente cerca de 2.000 voluntários nas suas ações de dimensão social. É uma instituição que pela sua reputação ganhou a confiança pública, em dimensão tal que a faz ser a mais procurada do País.

3. Estes são factos e números de uma instituição pública cuja missão é servir Portugal. Os tempos estão difíceis. Pois, é nos momentos difíceis que a grandeza das instituições melhor se vislumbra e que se abrem janelas de oportunidade para os que acreditam, se prepararam e trabalham. A U.Porto mantém uma estratégia de desenvolvimento que passa por estabelecer pontes com o exterior, em particular com instituições da Região e com congéneres internacionais, com empresas e outros motores de desenvolvimento do país, combinando responsabilidade com ambição, pragmatismo com visão estratégica, disciplina com engenho, e não se conformando com as vicissitudes do momento.

Encruzilhada da Europa – responsabilidade social

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 19 de abril de 2016

1. Por estes dias circula nos meios de comunicação digital uma história, misto de épica e anedótica, que tipifica o desvario e cinismo em que caiu o nosso modelo ocidental de governança. Façam os leitores uma pesquisa com um motor de busca a respeito do tema “Crickhowell moves offshore”. Encontram descrições multifacetadas da história de uma pequena cidade galesa cujos pequenos comerciantes descobriram que grandes multinacionais, operando nas suas áreas de negócios, escapam ao pagamento de impostos no Reino Unido, simplesmente explorando os buracos da lei. Movidos por um sentimento forte de injustiça, reagiram desta forma simples e inventiva – chamaram especialistas para os apoiar e adotaram as práticas fiscais dessas empresas, isto é ‘moveram os seus negócios, moveram a cidade, para paraísos fiscais’. Uma prática que, por transitória que seja, pode bem alastrar pela Grã-Bretanha e pela Europa em geral, e que no essencial pode servir para que os governos revejam os seus quadros legais e tapem os buracos da ‘evasão fiscal legalizada’.
2. Os regimes, no que inclui os modelos de governação económica e financeira, têm que ciclicamente sofrer reajustamentos. Os sinais na Europa são demasiado claros de que chegou a hora do reajustamento de políticas e práticas de controlo financeiro. No Mundo global e mono político em que vivemos, a Europa e o Ocidente em geral têm resvalado para um estado de permissividade e de incapacidade reguladora gritantes, com um correspondente aumento insustentável do crime fiscal. Tem aumentado, de forma visível, o fosso entre ricos e pobres, acompanhado do agravamento, igualmente visível, das condições sociais das populações. O papel dos paraísos fiscais tem que ser fortemente questionado e revisto.
3. Importa percebermos que não se trata de alterar o modelo de organização produtiva. Nunca esqueçamos que sem trabalho e produção não é possível distribuir uma riqueza que não existe. Temos todos que trabalhar muito, diria que mais. O cerne da questão reside em que, nos dias de hoje, a coberto dos quadros legais, ou ilegalmente de forma impune, muitos eximem-se a uma responsabilidade social básica de contribuir para a sustentabilidade económica e social dos seus países. Trata-se pois de exigir, de retomar a exigência da bandeira da responsabilidade social Europeia.

O Túnel do Marão e o Desenvolvimento Regional

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 17 de maio de 2016

1. Neste último fim de semana participei em Vila Real no 1.º Encontro Euro-regional e Universitário de Música e Artes Cénicas, organizado conjuntamente pela CEER – Centro de Estudos Euro-regionais Galiza – Norte de Portugal e pela UTAD – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, que reuniu (e uniu) as seis Universidades do Norte de Portugal e da Galiza (U. Porto, U. Minho, UTAD, U. Vigo, U. Corunha e U. Santiago de Compostela). Fiz o trajeto Porto-Vila Real, usando a nova ligação através do Túnel do Marão, uma obra de 5,6 km de afirmação excepcional da nossa capacidade de engenharia. Demorei cerca de 1 hora, porta a porta, em segurança. Longe vão os tempos das muitas viagens que fiz com os meus pais, a caminho de Guiães, bela aldeia transmontana das cercanias de Vila Real, viagens de cerca de 3 horas, sempre apanhando pela frente algum camião que nos fazia ‘penar’ no Marão a qualquer coisa como 10 km/hr durante largos quilómetros, respirando ‘saudáveis’ fumos negros, densos, de motores com péssima carburação. O Túnel do Marão fortalece a noção fundamental de integridade territorial de toda uma Região Norte, que as Universidades do Norte se esforçam por consolidar através do seu consórcio UNorte.pt, e promove o aprofundamento da Euro-região Galiza-Norte de Portugal no qual as universidades estão igualmente empenhadas através da CEER. É uma aproximação real, para lá de psicológica, que cria esperança de uma vida melhor para toda uma região pobre de Portugal, mas cujo contexto e contribuição para o desenvolvimento temos que compreender e relativizar.

2. Pois, não tenhamos ilusão do caminho a percorrer para o nosso futuro coletivo. Passa certamente pelo Túnel do Marão, mas está muito para lá do Túnel. É um caminho que se descobre na medida da nossa capacidade de entendimento e adaptação a um mundo que vive, desde os anos oitenta do Século XX, uma revolução digital, política, cultural, económica, industrial e obviamente social, de dimensão sem fim à vista. Um caminho que construiremos com sucesso na medida em que formos capazes de promover uma mudança cultural no nosso rigor coletivo e na nossa visão de ética social, que nos leve a um necessário aumento de produção de riqueza, no entendimento de uma contribuição mais justa de todos para o bem comum.

Que defesa do sistema público?

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 14 de junho de 2016

1. Esqueçamos por um minuto a Europa envolvente e os seus (nossos) muitos problemas e olhemos para o nosso interior, ou melhor, como já o tenho dito, não deixemos que os problemas (reais) da Europa escondam os nossos problemas (reais) internos.

Estamos a viver mais um ciclo de grande turbulência dialética, de discurso público que pretende positiva e pedagogicamente fomentar a necessária coesão e confiança nacional, mas sob o qual persiste uma discussão pública fraturante em que a exacerbação política se sobrepõe grosseiramente à razão, a respeito de grandes questões para as quais tardamos em encontrar uma (necessária) plataforma estável de entendimento. No topo da discussão ideológica está a questão do papel do sistema público, subjacente às discussões do momento sobre a relação Escola Pública-Escola Privada e sobre a reversão do horário de trabalho da Função Pública.

2. Fiz toda a minha aprendizagem no sistema escolar público e trabalho há 43 anos em dedicação plena para o sistema público pelo que se perceberá que considero os valores públicos, a Causa Pública, o que de mais nobre temos na vida. O sistema público desempenha um papel crucial na economia, no sistema social, no desenvolvimento nacional. A questão que coloco, pensando na defesa do sistema público, é que na sociedade aberta, de mercado, em que vivemos, o sistema público só desempenhará a sua missão, e só será aceite pela sociedade, na medida em que for capaz de adotar um modelo de organização, governo e gestão que lhe permita responder às exigências dos tempos modernos, feitas de rigor, transparência, qualidade e eficiência comparadas, enfim, responder às expectativas dessa sociedade que tem por missão servir. E é isso que está em jogo, a necessária reforma, sempre adiada, legislatura após legislatura, de um modelo de sistema público eficiente e produtivo, com grandes linhas políticas estáveis, nomeadamente (i) na governação pública através de lideranças claras e responsabilizadas; (ii) na educação, com a necessária igualdade de oportunidades de todos os jovens; (iii) e nas relações laborais que naturalmente devem basear-se num modelo laboral de direitos e deveres comparável e convergente com o dos trabalhadores não públicos. Não há outra defesa possível.

Ensino Superior – autonomia e desburocratização

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 12 de julho de 2016

1. Realizou-se na passada sexta-feira, dia 8, na Universidade do Minho, uma conferência sobre Organização e Desenvolvimento do Ensino Superior, promovida pelo Conselho Nacional de Educação. Foi uma conferência muito relevante, na medida da relevância dos estudos superiores para o nosso desenvolvimento coletivo. Discutiu-se em particular o tema central da autonomia e desburocratização na governação e gestão das instituições do ensino superior (IES).
2. O problema da autonomia que nos falta e da burocracia que nos sobra continua por resolver de forma satisfatória. O Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, publicado em 2007, abriu uma janela de oportunidade ao desenvolvimento das instituições que apresentassem indicadores de sustentabilidade adequados, nomeadamente de receitas próprias, através da adoção de um quadro jurídico de ‘Fundação Pública de Direito Privado’. Com a crise que se abateu sobre Portugal, uma grande parte deste potencial de desenvolvimento esfumou-se, num exemplo dos erros cometidos em várias das medidas adotadas no reinado da Troika. Mais do que nunca, na conjuntura das restrições financeiras significativas que se mantêm, essa janela para o desenvolvimento das IES passa pela adoção dum modelo autonómico reforçado que permita a gestão ágil e desburocratizada das instituições, naturalmente que responsável e auditada. Doutra forma corremos o risco de ficar para trás, de nos tornarmos irrelevantes internacionalmente.
3. Neste momento, quatro instituições adotaram já este modelo fundacional – As Universidades do Porto e de Aveiro, o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) e mais recentemente a Universidade do Minho. É boa notícia, segundo o que é público, que a Universidade Nova de Lisboa caminha para adotar este modelo. Será boa notícia que a Universidade de Coimbra consiga avançar no processo que anunciou ter aberto. É um modelo que deve ser aprofundado e aperfeiçoado, que não deve parar ou ter hiatos. É na autonomia e desburocratização que tem que assentar um necessário contrato de confiança com o governo. Será com esses instrumentos que as instituições serão capazes de suprir a escassez de recursos públicos com que se debatem e de atingir os níveis de qualidade e projeção internacional que os meios humanos e patrimoniais que atualmente detêm as capacitam a atingir.

Fuga para a frente - a racionalidade das coisas

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 9 de agosto de 2016

1. Não me canso de o escrever – somos um Povo com uma cultura universal, quase milenar, sábio e desenvolvido, numa visão do Planeta, mas que ainda assim não tem conseguido ultrapassar a barreira dos Pirinéus, as barreiras da periferia Europeia, o que se tem traduzido numa incapacidade factual de convergência para os níveis de desenvolvimento social de parceiros europeus próximos. Temos um deficit relativo de racionalismo funcional que se traduz entre outros aspetos no quadro jurídico subjetivo e confuso que vamos gerando. Este último é um problema transversal ao espetro político que ajuda a uma instabilidade social que ninguém deseja e que poderíamos minimizar, funcionasse melhor o bom-senso.

2. É nesta visão que comento as mudanças recentes no Imposto Municipal para Imóveis (IMI) inscritas no decreto-lei n.º 41/2016. Não se trata obviamente de uma simples majoração de um dos treze critérios qualitativos para avaliar as habitações e aplicar a taxa de IMI, o da ‘localização e operacionalidade relativas’, de onde poderá resultar a ‘justa decisão’ de num dado prédio o ‘sétimo andar’ ver o seu IMI agravado relativamente ao ‘rés do chão’. Trata-se de introduzir um critério subjetivo de avaliação do imaterial, de facto uma pequena fração do imaterial, que suscita óbvias perplexidades, interrogações e preocupações a muitos, proprietários e profissionais – será que amanhã se vai incluir o nível de ruído, problema dramático para o conforto dos cidadãos, e de novo o tal ‘sétimo andar’ vai ser mais carregado? Ou será que se vai regular a revisão do IMI, para o caso de algum prédio crescer inesperadamente em frente a outro, alterando as ‘vistas e exposição solar’ originais deste último? Ou tantos outros exemplos. Vai contra a minha racionalidade das coisas. Esta alteração representa um aumento potencial de impostos, com um perceptível traço ideológico inconsequente na sua base. Creio que não avalia devidamente a dimensão social que em muitos casos vai ser injustamente abrangida, fustigando mais uma vez a classe média. Para não falar dos potenciais conflitos e desvios comportamentais que vai induzir. O mais grave é que este tipo de ações continua a ser motivado pela simples falta de capacidade dos governos em atingirem o essencial – cobrar os milhares de milhões devidos com o quadro jurídico fiscal que temos. A solução não pode ser a fuga para a frente.

O desafio do crescimento, hoje como ontem

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 6 de setembro de 2016

1. José Gil publicou em 2004 uma obra notável de reflexão sobre os problemas existenciais portugueses, 'Portugal Hoje, O medo de existir', um livro denso, extraordinário no diagnóstico das nossas dificuldades. Na página 71 podemos ler uma frase marcante, das muitas que o livro contém: '...Mas, se a Europa entrou em nós, nós ainda não entramos na Europa...'. Este é o cerne do tema desta crónica, hoje como há doze anos.

2. Trinta anos após a integração europeia continuamos a falhar a desejada convergência para os níveis médios de desenvolvimento da União. É verdade que Portugal se desenvolveu muito no plano social, no conhecimento instalado nas instituições e empresas e, principalmente, no seu potencial humano afirmado e confirmado por tantos, novos e menos novos: é particularmente marcante a forma como milhares de jovens portugueses, que trabalham por todo esse mundo desenvolvido, são respeitados e desejados, pela sua competência profissional e pela sua postura humana. Mas tal Capital Humano, sendo condição necessária, não é condição suficiente para o crescimento competitivo da economia. Para caminharmos pelo trilho da convergência europeia falta-nos romper com a cultura de permissividade social e de organização corporativa ainda prevalecentes, que nos impedem ou atrasam a adoção das necessárias reformas de adaptação aos tempos: na adoção de modelos de organização e de formas de governação pública generalizadamente adoptados pelos países europeus mais desenvolvidos; na reforma comportamental de exigência do cumprimento das obrigações sociais; na reforma laboral de melhor organização e de mais rigor de trabalho. Em alguns aspetos essenciais, nós ainda não entramos na Europa.

3. Todos percebemos que os tempos vão duros. O orçamento para 2017 está por aí...Este fim de semana foi pródigo em artigos do 'bota abaixo', de quadrantes distintos e distantes (haja democracia...) e foi também pródigo em 'avisos à navegação' dos partidos que apoiam a atual solução de governo. Radicaliza-se o discurso, fomenta-se a instabilidade social, abala-se a necessária confiança na economia, torna-se mais difícil aquela que me parece ser a solução necessária para Portugal – uma política que resulte de um entendimento de base alargada, geradora de confiança, com preocupações sérias de solidariedade social, com uma visão de políticas competitivas no plano internacional.

Os problemas da Europa e os nossos problemas

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 4 de outubro de 2016

1. Os títulos de primeira página dos jornais deste fim de semana não deixam dúvida sobre a instabilidade europeia e mundial em que estamos a viver, como também deixam claro problemas bem portugueses: “Brexit - Theresa May vai evocar artigo 50 até março de 2017; Hungria leva medo da Europa ao extremo; Deutsche Bank, o gigante em queda ameaça a economia europeia;” e, entre nós, “200 mil casas com TV pirata; Auditores controlam médicos na urgência durante a madrugada; Ministra da Justiça admite debate sobre delação premiada”. Títulos internos quiçá excessivos, mas que tocam claramente em feridas bem conhecidas. Saibamos separar os problemas: os do Mundo, que também são nossos, têm um lugar para serem resolvidos; os nossos, só nós temos que os enfrentar e resolver.

2. Sobre a Europa percebe-se o ciclo de cerca de 40 anos que caracteriza a sua história. Há 40 anos vivíamos ainda intensamente a ‘guerra fria’. Na Grã-Bretanha, James Callaghan foi vencido pelo seu próprio partido, em 1978, num processo de implosão trabalhista que levou Margaret Thatcher ao poder em 3 de maio de 1979. Seguiu-se a implosão maior, a do modelo soviético, referida simbolicamente à Queda do Muro de Berlim, em 9 de novembro de 1989. Todos conhecemos o drama humano que sobreveio, no essencial porque a economia sem oposição tomou conta da política do Ocidente. Em consequência, cresceram as escolhas nas urnas de propostas radicais, como cresceram impunemente os excessos verbais e materiais de indivíduos e grupos de tendência eminentemente nacionalista e/ou populista. Reacendeu-se pois a instabilidade. Temos que reencontrar o caminho do progresso social.

3. Do nosso lado, o diagnóstico está feito de há muito e por muitos. Tem faltado visão, músculo político e muita sensatez racional. Concentremo-nos em ultrapassar o defice relativo de cultura de organização e de responsabilidade social que limitam o nosso desenvolvimento económico e social. Em particular, a nossa impotência judicial mesclada de permissividade social, perante a fuga às responsabilidades sociais, é bem visível, sobrando a solução da fuga para a frente em espiral de aumento de impostos. E não esqueçamos que sem desenvolvimento económico e criação de riqueza, não há distribuição socialmente justa que nos valha.

Público versus Privado

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 1 de novembro de 2016

1. O nosso desenvolvimento económico e social exige um Sistema Público forte, necessariamente assente num modelo de governação pública transparente e eficiente, o que desde logo significa não monolítico, com a geometria variável adequada à diversidade da actividade pública. Nesta visão, compreende-se a necessidade de enquadramentos de governação específicos para instituições como a Caixa Geral de Depósitos, as universidades ou as autarquias, mas, com o também necessário racionalismo político e jurídico de gestão dessa diversidade pública. Fico-me pela Caixa, centro da polémica do momento, e pelas universidades.
2. A Caixa, sendo imensamente relevante, é uma instituição pública que vai ser intervencionada com verbas públicas muito substanciais. Na atual conjuntura económica e social percebem-se mal os contornos da solução adotada, mesmo sabendo que decorrem parcialmente de uma imposição do enquadramento europeu do sector. Percebem-se mal não só o regime de exceção que parece abranger os gestores, como também a dimensão do quadro remuneratório aprovado, manifestamente excessivo sob muitos critérios de apreciação, mesmo aceitando pragmaticamente que devem ser bem superiores aos limites do topo de remunerações correntes da governação política.
3. As universidades são instituições sujeitas a fortes exigências competitivas no plano internacional. Têm-se saído bem na apreciação qualitativa da sua missão e têm-se mantido não deficitárias, apesar dos cortes continuados nos orçamentos de estado para despesa que se verificaram desde 2010. Não estando em causa o necessário controlo de endividamento público, para o que o cumprimento da Lei dos Compromissos é essencial, precisam de um modelo de governação que combata a dispersão excessiva de centros de decisão e que promova clareza hierárquica, flexibilidade de governação autónoma responsabilizada e capacidade de premiar o mérito e a responsabilidade económica e social. Esta evolução é tanto mais necessária, quanto maior a restrição de Orçamentos de Estado.
4. Estes exemplos de exceções, excessos e limitações acentuam em várias vertentes, de forma indevida, uma perceção de inferioridade do ‘público’ relativamente ao ‘privado’. Não contribuem para a necessária regeneração da ‘moralidade’ social em tempos difíceis.

Políticas de desenvolvimento – mudar 2.0

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 29 de novembro de 2016

1. Escrevi sobre este tema, nesta mesma coluna, em 1 de dezembro de 2015. Revisito-o um ano depois, em tempo de balanço, antecipando três ideias centrais: (i) as prioridades mantêm-se; temos que fortalecer a nossa capacitação institucional e nacional através de cooperação articulada em várias dimensões, particularmente de âmbito regional, nacional, europeu e do mundo da lusofonia; (ii) o enquadramento político, nacional e internacional, evoluiu significativamente, razão pela qual é necessário visitar a estratégia de cooperação política que crie condições para promover a mudança; (iii) a urgência, essa é crescente porque o relógio não para. É tempo de evoluirmos para a versão ‘mudar 2.0’, usando terminologia adaptada aos tempos!
2. Centro-me no desenvolvimento regional. A Universidade do Porto, a Universidade do Minho e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro deram em janeiro de 2015 um passo histórico de cooperação com a constituição do consórcio das Universidades do Norte – o *UNORTE.pt*. Este consórcio tem feito um esforço sem precedentes de aproximação regional, para ganhar dimensão territorial, em favor da coesão, e massa crítica competitiva nos planos nacional e internacional. Está a desenvolver importantes projetos de formação pedagógica de docentes, de ensino a distância, de fomento da inovação, de introdução de boas práticas de modernização administrativa, de articulação na ação social e de cooperação no desporto.
3. Mas, a agenda crucial para o nosso desenvolvimento económico e social nos tempos mais próximos é a da investigação e da valorização do conhecimento. Aí, a UNorte.pt preparou projetos estratégicos para a Região, nos eixos estruturantes da estratégia regional de especialização inteligente e em termos que significam o fortalecimento da cooperação com as empresas e com os agentes da cultura. É uma iniciativa fundamental que necessariamente passa pelo seu enquadramento nos programas regionais, isto é pela articulação com a CCDR-Norte, o que significa com as políticas do governo. É por aqui que passa o nosso crescimento económico, necessário para a diminuição das grandes assimetrias de desenvolvimento regional que todos observamos e para a resolução dos problemas sociais que todos percebemos e sentimos. Só por aqui passa o futuro que existe.

2017 - certezas para lá das incertezas

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 27 de dezembro de 2016

1. Estamos a viver mais um dos ciclos curtos de 40 anos que caracterizam a vida humana. Este, o atual, teve início nos anos 80 do século XX. Falo da revolução 4.0, talvez já 5.0, associada principalmente aos progressos das ciências da vida e da tecnologia de comunicações sentidos a partir do último quartel do século passado, com um crescendo de esperança de vida e as suas implicações na sustentabilidade do modelo social europeu, com as redes digitais que afetam todos, mas só alguns exploram, centrifugando os restantes. É uma revolução com implicações profundas a nível económico, sociológico e político. Noutro plano, falo do *aftermath* da implosão do sistema soviético, referida à queda do Muro de Berlim em 9 de novembro de 1989, com o crescimento nefasto da preponderância da economia sobre a política, com a instabilidade mundial projetada no drama dos refugiados e com o terrorismo interno por todo o Ocidente. Vivemos incertezas sobre a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento promovido pela União Europeia. Esta instabilidade vai manter-se por alguns anos, com os povos ocidentais a rebelarem-se, particularmente face a expectativas frustradas, usando a liberdade de expressão e o voto nas urnas. Com impacto imprevisível.

2. A nível nacional, o senhor Primeiro Ministro, na sua alocução de Natal aos Portugueses, salientou o ‘défice do conhecimento’ com que ainda vivemos, tendo como referência a Europa mais desenvolvida, e que temos de combater. É bom ouvir esta perceção real e positiva. É certo que temos hoje a geração jovem mais educada de sempre, mas estamos ainda longe da dimensão de formação dos nossos jovens necessária para o nosso desenvolvimento harmonioso no mundo global e competitivo em que vivemos. Mas, a esta certeza juntam-se outras, de lutas de superação de outros défices que temos de travar em paralelo, globalmente a nível público e privado: (i) na cultura de disciplina coletiva e de organização das instituições; (ii) na prática, para lá do discurso, da ‘moral social na economia’, no que inclui a necessidade de evoluirmos na nossa cultura de exigência de responsabilidade social, sentimento necessário para o efetivo combate à corrupção em todas as suas vertentes. Por difícil que seja, precisamos de travar um combate em várias frentes.

A Europa e o diálogo civilizacional

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 24 de janeiro de 2017

No próximo dia 25 de março comemoram-se os 60 anos da assinatura do Tratado de Roma que criou a Comunidade Económica Europeia (CEE). O objectivo que presidiu à criação da CEE foi o da manutenção da paz na Europa e num Mundo ainda dilacerado pela segunda grande guerra mundial, associado à criação de um mercado comum Europeu. Da evolução da CEE nasceu a União Europeia (UE) a que aderimos em 1986. Em Portugal nunca ou pouco se falou desse objetivo da Paz. A nossa entrada na UE foi principalmente vista numa perspectiva económica, e só lateralmente percebida na exigência de compreensão das Civilizações, para manter essa paz.

Percebe-se hoje a mudança acelerada que ocorreu a partir da segunda metade destes 60 anos. Sente-se a globalização criada pela evolução tecnológica, aumenta a esperança de vida e com isso oscila o modelo social Europeu, defraudando expectativas dos povos, cai o Muro de Berlim em 1989, dando o Mundo ao arbítrio do mercado sem regulação, falha especificamente o sistema regulador do mundo financeiro, aumentam as desigualdades, aumenta a insegurança laboral, gera-se insegurança física vinda de dentro, fica a nu a incapacidade Europeia em fazer face à tragédia mediterrânica, usa-se o voto para destruir o modelo. O caso norte-americano é o mais recente de uma vaga de votos de protesto que está a eleger no Ocidente políticos populistas, que há não muitos anos se situavam nas franjas dos pensamentos políticos e sociais, com uma base popular limitada. E isso é obviamente perigoso.

Pois, é neste momento que a Europa tem que resistir aos extremos de tendência desagregadora, na percepção de que fora de uma União os Europeus são absolutamente irrelevantes face à influência americana a ocidente e russa, indiana ou chinesa a oriente. É neste momento que temos que acentuar a necessidade do diálogo entre civilizações, desde logo dentro da Europa, o grande pote mundial de diversidade civilizacional, como forma de promover a paz e o desenvolvimento económico. É neste momento que mais faz sentido o projeto Europeu.

Nesta instabilidade inesperada e violenta, creio na capacidade de regeneração reformista do nosso modelo democrático para inverter, com determinação e firmeza, este momento tão negativo do presente ciclo existencial da Humanidade.

A Suástica e outras Cruzes

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 21 de fevereiro de 2017

1. Na semana passada o JN publicou uma notícia, com fotografia, de uma atividade funesta de praxe, em que um dos ‘praxados’, presumivelmente um estudante, usava uma braçadeira com uma cruz suástica. A ação realizou-se fora das instalações da Universidade. Poderia ter ocorrido com estudantes ou não estudantes de qualquer universidade ou politécnico. Manter praxes nesta altura do ano é duplamente deplorável, pelo ato e pelo tempo, mas não é sobre praxes que quero refletir nestas linhas. Importa-me sim perceber este sinal da suástica como a ponta do iceberg constituído por tantas outras cruzes da Sociedade contemporânea.
2. O Ocidente (em particular a Europa) atravessa uma fase de degradação relativa de vida nos planos económico, social e da segurança, paradoxalmente por razão de dois fatores que indiciariam exatamente evolução em sentido oposto – a queda do regime soviético em 1989 e a revolução digital sentida desde aproximadamente essa data.
3. De facto, à queda do império soviético seguiu-se um período de esvaziamento ideológico e de domínio dos mercados sobre a política, fatores que têm dificultado o diálogo entre culturas e religiões. O fluxo de imigrantes e refugiados, primeiro do leste europeu, depois do Médio Oriente, finalmente de África, conduziu a um problema de substância e de consciência, particularmente no mediterrâneo, ainda não resolvido pelo Ocidente. Nestas condições sobe a desilusão dos Povos e assim se faz chão fértil para soluções populistas e extremistas, como as que poluem atualmente o Ocidente.
4. Complementarmente, a revolução digital tem tido como efeito colateral o uso impune das redes digitais, adubado pela permissividade social que se tornou cultura do nosso tempo. Usam-se as redes para a difusão não só do que se convencionou designar por ‘pós-verdades’, mas igualmente da mentira e da calúnia, frequentemente através de ‘posts’ anónimos, como meio privilegiado para manipular processos de escolha, para destruir qualquer barreira a objetivos antidemocráticos. Países, instituições e simples cidadãos parecem estar de mãos atadas, incapazes de reagir a violações flagrantes de valores éticos tidos como elementares.
5. Pois é, está a acontecer no Mundo, mas também bem dentro das nossas instituições, com a dimensão desconhecida dos icebergs. Cuidemos!

Universidade do Porto – 106.º Aniversário

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 21 de março de 2017

1. A Universidade do Porto (U.Porto) celebra amanhã o seu centésimo sexto aniversário, referido ao formalismo legal da promulgação, em 22 de março de 1911, do decreto do Governo Provisório da República que a fundou. Não releva para o presente contexto o detalhe histórico comprovado de que os seus antecedentes mais remotos se encontram no Séc. XVIII.
2. Hoje, a U.Porto cumpre a sua missão de serviço público através de catorze faculdades, contando com mais de 2200 docentes e investigadores e mais de 1600 quadros técnicos não docentes. O seu orçamento consolidado com os institutos de interface de que é associada principal ronda os 270 milhões de euros. Enquadra a atividade de mais de 31.000 estudantes, dos quais mais de 3.000 são estudantes de doutoramento e mais de 4.000 são estrangeiros, oriundos de mais de 120 países. É responsável pelo maior Parque Universitário de Ciência e Tecnologia de Portugal, com mais de 250 empresas e de 2.300 postos de trabalho altamente qualificado. Motiva anualmente mais de 70.000 participantes em eventos científicos, artísticos, culturais e desportivo, e cerca de 2.000 voluntários nas suas ações de dimensão social. É uma instituição que pela sua reputação ganhou a confiança pública, em dimensão tal que a faz ser a mais procurada do País. Estes são factos e números de uma instituição cuja missão é servir Portugal e as grandes causas da ciência, da arte e da cultura da Humanidade.
3. À medida da sua responsabilidade atual e da sua história, particularmente pensando no extraordinário património humano e material que detem, a U.Porto enfrenta hoje desafios imensos. O maior e mais relevante é o da adaptação aos tempos, aos grandes desafios das conceções de organização multidisciplinar, seguidas pelas grandes Escolas do Mundo, das novas pedagogias, das exigências de investigação e de valorização do conhecimento, e da promoção intransigente de valores humanistas, num Mundo que, sendo cada vez mais pequeno, atravessa um ciclo de questionamento desses valores e de dificuldades de diálogo civilizacional. Num quadro conjuntural obviamente difícil para todos, em tempos de retração, de óbvio subfinanciamento público, que perduram há seis anos, a U.Porto tem sido capaz de contribuir de forma marcante para o desenvolvimento nacional, e assim continuará, nas pontes que vai manter e fortalecer com as Pessoas, com as Instituições e com o Mundo.

O abuso dos Jornais de Parede da era moderna

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 18 de abril de 2017

1. O combate à instabilidade social, económica e política que todos sentimos hoje no Ocidente exige a compreensão da evolução do Mundo contemporâneo do pós-Grande Guerra. O modelo político adotado e os avanços da ciência e tecnologia alcançados neste período, especialmente na saúde, nos transportes e nas comunicações digitais, são responsáveis pela melhoria inquestionável da qualidade de vida das populações ocidentais, sentidas nestes mais de sessenta anos, mas explicam igualmente dificuldades do presente. Fruto do progresso, o Mundo está ‘mais pequeno’. As civilizações estão mais próximas do que nunca, em ‘tempo-real’ em imagem e palavra e a poucas horas físicas. A dificuldade do diálogo civilizacional projeta-se em beligerância. Na Europa, como consequência do domínio da economia sobre a política, assistimos ao recuo do modelo social, com o aumento dos fossos sociais. Face a este declínio sentido, os Povos rebelam-se, usando como armas pacíficas a liberdade de expressão, através dos meios disponíveis, e o voto nas urnas. As vicissitudes de processos eleitorais e a fragilidade de soluções governativas resultantes de dispersões de voto suscitam apreensão dos cidadãos que questionam o modelo político.

2. Nesta apreciação entram as incontornáveis redes digitais de hoje, que, sendo meios extraordinários de promoção de comunicação e cooperação, rapidamente se transformaram em poderosas armas de manipulação social, promovendo as pós-verdades, as mentiras e os julgamentos populares. Objeto de muita escrita recente, este fenómeno não representa, em si, nada de novo. Há cinquenta e poucos anos surgiram na China os famosos e igualmente tenebrosos ‘Jornais de Parede’ de Mao, usados para denunciarem e promoverem a eliminação dos ‘inimigos da revolução cultural’. E essa mesma perversão continuou com o uso massificado do correio electrónico a partir do fim do século passado.

3. Regressando ao futuro, enfrentemos esta ‘outra face da medalha’, a do uso abusivo destes recursos que irreversivelmente a ciência e tecnologia nos proporcionam. Um fenómeno a ser travado, por razões de dignidade humana e na medida em que promove condições de assaltos totalitários, como já é bem visível um pouco por todo o Ocidente. Temos pois que nos focar no combate global a este abuso... acrescente-se que de dentro das nossas casas para fora.

Inovação e mudança, acompanhando os tempos

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 16 de maio de 2017

1. Particpei nos passados dias 5 e 6 deste mês de maio, no *10.º Fórum Expresso XXI, Inovação e Mudança*. Este tipo de iniciativas, passe a publicidade bem merecida, constitui um espaço importantíssimo para o debate fundamental sobre como caminhar com sucesso para um futuro recheado de incertezas, na vertigem das consequências políticas, sociais e económicas da evolução científica e tecnológica que temos vindo a viver desde sensivelmente a última década do século XX, associada às não menos profundas alterações do xadrez político Europeu, emergente da queda do Muro de Berlim em 1989.
2. Vemos e sentimos um Mundo em mudança acelerada das políticas económicas, dos conceitos de negócio e das continuadas exigências de adaptação profissional, num quadro de competitividade global crescente, um contexto em que a missão das instituições do ensino superior (IES) é reconhecida como decisiva para fazermos esse caminho: pelo conhecimento que produzem e transferem para a economia; na formação de jovens e adultos, nomeadamente na formação ao longo da vida; através do fomento de uma cultura de inovação e empreendedorismo, no que tal significa de liderança de uma cultura de adaptação à mudança; e, na intervenção sociológica no sentido de assegurar um desenvolvimento equilibrado de valores humanos, de valores sociais e culturais. Uma missão a realizar necessariamente em diálogo e cumplicidade com a sociedade civil, nomeadamente com as empresas, e esperançosamente apoiada e articulada com políticas públicas claras de fomento da coesão territorial e num quadro jurídico de gestão adequado.
3. Têm, pois, as IES que dar o exemplo de ‘adaptação aos tempos’, de compreender e enfrentar os desafios da mudança. Tem o governo que adotar políticas de coesão territorial coerentes e dar o imprescindível espaço de autonomia e flexibilidade de gestão às IES, abandonando definitivamente a visão do controlo ‘burocrático-restritivo’ prevalecente, tanto mais gravoso quanto gravosas são as dificuldades financeiras em que vivemos, em favor de políticas gestionárias assentes na visão de confiança, de ‘contratualizar e auditar’, de ‘confiar e verificar’. Estes são passos fundamentais para evoluirmos competitivamente neste Mundo Global. Temos que enfrentar os desafios com convicção, em tempo útil, com resultados visíveis... acompanhando os tempos.

Agência Europeia do Medicamento – mais um caso

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 13 de junho de 2017

O título reflete a *causa próxima* deste escrito, mas o tema de fundo, subjacente, é o da descentralização como factor de desenvolvimento. Diria que o título adequado, fora ele mais curto, seria “A distância entre o discurso político e a realidade, na descentralização essencial para a coesão e para o desenvolvimento nacional”.

A *causa próxima* é a intenção do Governo, expressa na resolução 75/2017 de 5 de junho, publicada em Diário da República, de concentrar em Lisboa a candidatura à instalação em Portugal da Agência Europeia do Medicamento (AEM). Como a Câmara Municipal do Porto bem observa num comunicado publicado no dia 8, a Região do Porto tem todas as condições competitivas, com o conhecimento científico das suas instituições universitárias, com os seus fortíssimos *Clusters* da Saúde e Farmacêutico, em mão de obra qualificada e em infraestruturas, para uma candidatura bem sucedida, a menos de razões e condições potencialmente exigidas que não sejam do conhecimento das instituições, e sobre as quais bom seria que o Governo informasse. Um tema, este, em que o Porto ainda pode ter uma palavra a dizer, até porque é de tal dimensão que será capaz de congrega o esforço de todos.

Ora, para lá do gravoso caso concreto, bem mais gravoso é este sinal de concentração quase total na Região de Lisboa de instituições, de equipamentos, de instrumentos de desenvolvimento, em assimetria territorial única na Europa.

A realidade é que não é possível um desenvolvimento harmonioso de Portugal com o acumular desta realidade concentracionista, de que aliás o caso tão recente da política de transportes da TAP, particularmente assumindo-a como instituição pública, é um importante mau exemplo.

Descentralizar, no concreto, no real, é muito mais do que ter alguns agentes políticos a trabalhar fora de Lisboa, e, de facto, mais do que dar algum aparente poder político às Regiões. Descentralizar é levar para as Regiões instituições importantes e outros instrumentos de desenvolvimento, que promovam a distribuição de centros de decisão e de competências por todo o País. Porque, se tal não for feito, as tensões aumentam, com difícil controlo, e as consequências serão as de continuarmos a não conseguir trilhar um caminho sólido de desenvolvimento competitivo na Europa e no Mundo. Por culpa própria.

Há que evoluir culturalmente para a reconstrução nacional

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 11 de julho de 2017

1. Os textos dos grandes Pensadores são naturalmente objeto de interpretações dos seus leitores que não poucas vezes se desviam da substância dos seus pensamentos. Arrisco interpretar o (notável) texto de Frei Bento Domingues, publicado no Público, no passado domingo, dia 2 de julho, sob o título ‘Nem Lutero, Nem Francisco’. Importa que seja lido, como aliás o merecem os seus escritos em geral. Diz Frei Bento, cito “...A fórmula *Ecclesia semper reformanda* é antiga. A Igreja, quando não vive em processo de contínua reforma, deforma-se. Para não envelhecer, é preciso renascer, deixar-se transformar.”. E, continuo a citar “O que mais me espanta não são os 500 anos de ausência de Lutero em Portugal. O que me desconsola é a nossa resistência passiva à reforma, muito mais abrangente e global, desencadeada pelo Papa Francisco, o segundo Papa dos tempos modernos, verdadeiramente católico, isto é, de abertura universal.”. Fim de citação. Eu projeto na dimensão do Mundo Global de hoje as preocupações que identifico nestes pensamentos. O caminho da e para a modernidade dos Povos, em particular pensando em recuperar os valores sociais da Europa, passa pelo diálogo civilizacional à escala mundial e, dentro da Europa, pelo aproximar das visões do cristianismo, particularmente entre católicos e luteranos, no reformismo que estes últimos encerram.

2. Nós, Portugueses, precisamos de evoluir culturalmente no sentido de adotar uma visão e ação reformista, de continuada adaptação aos tempos, antítese da rigidez imobilista que herdamos das conceções corporativas do Estado Novo e que ainda prevalecem entre nós. E precisamos de o fazer particularmente nas instituições públicas, a todos os níveis e em todas as áreas, incluindo as que de mais perto sirvo há 45 anos. Na educação, na ciência e no conhecimento está o futuro, mas o conhecimento hoje só se desenvolve em ambientes multidisciplinares, com organização racional e gestão eficaz, com as partilhas de meios que as tecnologias de hoje facultam. É este o caminho de todos os países desenvolvidos e competitivos do Planeta, no que incluo os países do oriente distante, particularmente a China. Sem esta postura de evolução cultural, o repto do necessário exemplo de reconstrução nacional duradoura, que de forma firme o Senhor Presidente da República lançou há dois dias, no domingo, em terras de Pedrogão, simplesmente não ocorrerá.

Sobre os frágeis textos do edifício legal

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 8 de agosto de 2017

1. O que distingue os países, na qualidade de vida sentida pelas populações? Na perceção do que de positivo tem o quotidiano, no material e no cultural; no sentir de ética social e das políticas de dimensão social dos governos; no sentir da qualidade do Estado de Direito, entre outros aspetos na sensação de um quadro legal percebido, transparente, com justiça feita em tempo útil. Portugal, país desenvolvido, tem uma vivência relativa difícil neste sentir do Estado de Direito. São certamente muitas as razões. Escolho nesta crónica a que considero ser a ‘primeira entre pares’ – a imensa fragilidade e insuficiência dos textos do nosso edifício jurídico. É este um campo tão complexo, quanto delicado. Foco um dos aspetos mais percebidos pelo senso comum e uso um documento legal como exemplo.

2. Preocupo-me particularmente com a qualidade da feitura das leis. Percebemos que há uma cultura teórica que privilegia legislação aberta que permita cobrir um amplo campo de aplicação. Certamente que bem. O problema que aponto está no muito que sobra nas ‘minudências’ da incoerência de termos, das incoerências verbais, das claras imprecisões terminológicas ou das orientações vazias que vemos em tantos textos legais. Um problema que não é de hoje, note-se. Uso, para ilustrar essas dificuldades, o Estatuto da Carreira Docente Universitária, publicado inicialmente nos idos tempos de 1979. Um de muitos exemplos possíveis. Na imprecisão dos seus termos e orientações levanta ainda hoje, espante-se, dúvidas interpretativas a vários níveis, alimentando imensa litigância interna com custos de bem-estar, de energia e de tempos de trabalho, muito gravosos para as pessoas e para as instituições.

As designadas interpretações teleológicas, que, acrescente-se, alimentam uma ‘indústria de pareceres’ com valor económico não despreciando, e que no mundo ideal apareceriam sempre como episodicamente necessárias, entopem os tribunais, na dimensão do recurso que a elas fazem os nossos causídicos, compreensivelmente porque têm campo para tal, e quase paralisam as instituições.

Esta é, ‘salvo melhor opinião’, a principal fragilidade de Portugal, com graves implicações na qualidade de vida e na competitividade internacional, difícil de resolver, desde logo porque de forma alguma se deve questionar a imensa mais valia civilizacional do Estado de Direito, mas que é necessário reconhecermos que existe, como primeiro passo para melhorarmos a nossa paz interna e o nosso progresso competitivo.

Conhecimento e Território - prioridades nacionais

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 5 de Setembro de 2017

1. A menos de um mês de eleições autárquicas e a menos de dois meses de apresentação do orçamento para 2018 agitam-se bandeiras generalizadamente não desinteressadas sobre ‘prioridades nacionais’. Umhas, por parte dos grupos políticos, com o intuito primeiro de atrair votos. Outras, por parte de muitos responsáveis da sociedade civil e de áreas da esfera pública, visando pressionar para financiamentos para as suas respetivas áreas. Ora, a capacidade de desenvolvimento de um país está associada à capacidade de dar atenção e de intervir estrategicamente em várias frentes, de assumir várias ‘prioridades’ simultâneas. Sendo os recursos normalmente escassos para as exigências colocadas, jogar esse jogo de gerir expectativas e prioridades, e de as apoiar, é o desafio de quem governa ou gere.

2. Entrando no detalhe, e deixando claro o meu entendimento, expresso na crónica de 8 de agosto passado, de que a prioridade das prioridades reside na reforma do edifício jurídico (infelizmente, também a mais difícil de alcançar), chamo hoje a atenção para duas outras vertentes vitais para o nosso progresso sustentado – a da produção de conhecimento e a do desenvolvimento integrado do território. A primeira, da responsabilidade do sistema do ensino superior e da investigação científica, representa hoje o principal fator de independência nacional, no que está associada à educação superior, à capacidade de inovação, em todos os domínios, e à promoção de capacidade de gestão racional. A segunda, o desenvolvimento integrado do território, significa defender o património e promover o desenvolvimento sustentado do país. Implica naturalmente grande interação entre os vários organismos sectoriais, e certamente que com as populações, mas, também nesta área, cabe às instituições do conhecimento o papel de polos aglutinadores de vontades e valências na procura das respostas aos problemas sentidos.

3. Pois, aqui entram as políticas nacionais e regionais, as decisões de apoiar planos estratégicos de desenvolvimento, através dos organismos públicos criados com essa missão. A Universidade do Porto, a Universidade do Minho e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro unidas no consórcio UNorte.pt fizeram as suas escolhas, no que incluem projetos conjuntos para a promoção do desenvolvimento integrado do território da Região Norte. As instituições financiadoras terão que fazer as suas escolhas.

Projetar as Autárquicas no futuro

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 3 de outubro de 2017

1. Decorridas as eleições autárquicas, num ambiente global que acabou por ser francamente positivo, e diria que com resultados expectáveis face aos desempenhos de partidos e de atores, o que só abona em favor da maturidade do povo, escolho comentar dois temas que representam o que eu gostaria de ver como projeção destes resultados no futuro e como lição do que devemos prevenir para o futuro: (i) o que podemos esperar de ação política regional e local na sequência deste importante exercício democrático, em cooperação regional para a criação de massa crítica forte e competitiva, capaz de produzir conhecimento e de atrair investimento para as Regiões, capaz de promover a integridade do Território?; (ii) como podemos prevenir o abuso e manipulação da informação, uma chaga social e política deste Século?

2. Espero do poder local uma capacidade de concertação regional para as decisões de apoios a planos estratégicos de desenvolvimento, através dos organismos públicos criados com essa missão, o que significa uma articulação com instituições públicas e privadas, e em particular com as instituições do ensino superior e investigação científica, sob o risco, falhada essa articulação, de os fundos de desenvolvimento ficarem algures ao centro, a financiarem objetivos que não os das Regiões. Numa visão restrita, menciono a extraordinária relevância do desenvolvimento da chamada Frente Atlântica. E quando acentuo o plural de Regiões, estou a pensar no contínuo que as Regiões representam, logo na necessidade de articular interesses de Regiões limítrofes, dificuldade acrescida pela interação que se torna necessária entre mais do que uma Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional. Leia-se no caso concreto do Norte, articulação entre a Região Norte e a Região Centro.

3. E falo do problema gravíssimo da manipulação da informação. Tivemos recentemente testemunhos de inimaginável manipulação nas eleições norte-americanas, certamente que não caso único no Mundo. Conosco, as coisas voltaram a não correr bem. O que se passa entre nós com sondagens que impunemente se revelam completamente irreais? Não é de hoje. Poderia citar problemas nas autárquicas de 2009 e de 2013. Temos que criar uma consciência crítica que lute contra este abuso anti-democrático, a bem da democracia, o que significa dizer, a bem do nosso futuro coletivo.

A Catalunha e a União Europeia

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 31 de outubro de 2017

1. O principal objetivo da criação da Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1957, congregando a França, a Alemanha, a Itália e os países do Benelux, foi, em termos políticos latos, a manutenção da Paz e a criação de condições de desenvolvimento económico e social numa Europa dilacerada pela Segunda Grande Guerra Mundial, tendo como linha política oferecer alternativa política sólida ao modelo nacionalista percebido como a causa próxima dessa mesma Guerra. A União Europeia de hoje representa a evolução da CEE, tendo, no seu processo evolutivo natural de adaptação aos tempos, vindo a receber novos países, vários deles provenientes da fragmentação do bloco da União Soviética, mas mantendo a linha política supranacional que recusa e se opõe a nacionalismos monolíticos de natureza anti-democrática. Percebe-se pois que a questão do refazer de fronteiras na Europa, agora revisitada por razão do movimento independentista da Catalunha, é antiga e não representa o cerne da discussão.

2. O que é particularmente sensível nos movimentos de mudança política que se observam dentro da União Europeia, seja com objetivos independentistas, seja de mudança de orientação política dos países, é o processo visível de convergência entre impulsos de populismos nacionalistas altamente indesejáveis e objetivos ideológicos de alguns grupos sociais e políticos para derrubar o atual modelo da União, mesmo recorrendo a alianças contranatura de extremos. Foi essa aliança, com esse objetivo ideológico subjacente, que se verificou recentemente na Grécia e é essa conjugação que está a dar alguma força ao processo da Catalunha.

3. Ora, é natural que qualquer mudança do xadrez político da União Europeia que choque com a sua matriz fundamental ou que doutra forma tenha potenciais consequências para a estabilidade da União, seja considerada um problema de todos os seus membros. Assim, sendo certo que cada Povo ou Nação tem o direito a ser dono do seu destino, é também do direito dos outros Povos reconhecer ou não reconhecer esses processos políticos e nessa medida apoiá-los ou não. Penso que a Espanha vai ultrapassar esta crise, por decisão própria e com o apoio dos seus parceiros europeus... o que significa, entre outras consequências, que as empresas vão continuar a operar desde a Catalunha... e que o Barcelona vai continuar a poder lutar pelo título de campeão de Espanha!

A respeito do Infarmed – o cerne da questão

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto

Jornal de Notícias, 28 de novembro de 2017

1. Há quase dois anos, a 1 de dezembro de 2015, escrevi nesta coluna um artigo sobre ‘cultura de políticas de desenvolvimento’, em que comentei uma lei universal simples, pela qual se rege a capacidade de influência das Regiões: “é inversamente proporcional à distância à Capital”. E acrescentei: *“A história e os factos mostram-nos que não é com a ‘cultura de mono região’ que se desenvolve um País. Todos percebemos que Portugal nunca teve uma política de descentralização regional séria, como a que observamos, sob várias formas, na generalidade dos países Europeus mais a Ocidente, e que a União Europeia bem tenta fomentar. Como exemplo, não promovemos a descentralização de grandes serviços públicos, praticada em vários países, algo que a nível político parece ser visto como ‘não realizável’... e que merece a pergunta – porquê?”*.

2. Pois, este diagnóstico de há dois anos surge bem confirmado no tema hoje em análise. O Governo anunciou há oito dias que a sede da Autoridade Nacional do Medicamento e Produtos de Saúde (Infarmed), bem como a maioria dos serviços, iria ser transferida para o Porto a partir de 1 de janeiro de 2019. Que este é o caminho político, só alguns poderão ter dúvida. Que, obviamente, um processo destes se terá que desenrolar de forma gradual e com pleno respeito dos direitos dos trabalhadores, no que se incluirá necessariamente um envelope de suporte, é claro para todos. Agora, não iludamos a questão de fundo subjacente – a resistência à mudança e uma imaginada perda de privilégios. Também uma lei universal. E os factos aqui estão. Sem espanto, imediatamente após o anúncio do governo rebentou a polémica e iniciou-se essa resistência, alimentada por várias agendas: políticas, económicas e, em particular, das culturas imobilistas, anti-reformistas, que pululam no sistema público.

3. Descentralizar, no concreto, no real, é muito mais do que ter alguns agentes políticos a trabalhar fora da capital. Descentralizar é levar para as Regiões instituições importantes e outros instrumentos de desenvolvimento que promovam a distribuição de centros de decisão e de competências por todo o País. Ora, esgrimem-se argumentos de ‘impossibilidade’ para Serviços existentes, mas vê-se a mesma oposição relativamente a equipamentos e instituições novas (atente-se na vergonha de algumas declarações proferidas relativamente à candidatura do Porto à Agência Europeia do Medicamento, tema para outra crónica). Temos que combater esta visão concentracionista, porque, se tal não for feito, as tensões aumentam, com difícil controlo, e as consequências serão as de continuarmos a não conseguir trilhar um caminho sólido de desenvolvimento competitivo na Europa e no Mundo.

Intrigas nas Cortes, resistência à mudança

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto,

Jornal de Notícias, 26 de dezembro de 2017

1. No passado dia 11 de julho abordei nesta mesma coluna o tema, que considero crucial para o desenvolvimento de Portugal, da postura e ação reformista que temos que adotar, de continuada adaptação aos tempos, antítese da rigidez imobilista que herdamos das conceções corporativas do Estado Novo que ainda vão prevalecendo entre nós. Hoje retomo-o, inspirado em duas notícias publicadas no dia 24 de dezembro, há dois dias, véspera de Natal, associadas ao notável discurso do Papa Francisco no Encontro com os Membros da Cúria Romana para apresentação dos votos natalícios, que teve lugar no dia 21 de dezembro, na Sala Clementina do Vaticano. Um discurso, disponível na Internet, cuja leitura recomendo vivamente, no que ele encerra em favor do progresso do Mundo. A primeira dessas notícias foi publicada no JN (página 15) sob o título “Cúria Romana sofre ‘cancro das intrigas’”. Poder-se-ia pensar ser este um título populista. Não é. Corresponde integralmente a uma passagem central do discurso, que inclui muitas outras asserções que deixam claras as dificuldades desta necessária via do reformismo, como seja, *ipsis verbis*, “Fazer as reformas em Roma é como limpar a Esfinge do Egito com uma escova de dentes”. A outra notícia, alargada, vem no P2 do Público sob o título “A guerra contra o Papa Francisco”, com testemunhos espantosos, como seja a citação, de círculos restritos de oposição, de associarem Sua Santidade a Calígula (Caio Cesar, Imperador Romano).

2. As intrigas das Cortes representam uma das faces visíveis da resistência à necessária adaptação das instituições aos tempos, particularmente em instituições seculares. São dificuldades com as quais temos que conviver e que temos que vencer. Estes textos fizeram-me reler no fim de semana um livro antigo, que comprei nos meus tempos britânicos, e que também recomendo: “Porterhouse Blue”, de Tom Sharpe, publicado em 1974, ainda atual, uma sátira sobre um fictício Colégio de Cambridge, que, sendo cómica, é tudo menos cómica, na forma como no mais fino estilo britânico retrata realidades de comportamentos e de lutas de poder, de resistência à mudança, sem sucesso, no mundo de uma universidade quase milenar. É na medida desse extraordinário sucesso desta Universidade que percebemos que o caminho da reforma é o que melhor serve o futuro do Conhecimento e da Humanidade. Voto por este caminho para 2018.

O Estado de Direito e o Pacto para a Justiça

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto,

Jornal de Notícias, 23 de janeiro de 2018

1. No dia 12 de janeiro passado foi entregue ao Senhor Presidente da República pelas entidades que agrupam, sindical e profissionalmente, os principais atores associados ao sistema judicial - a Associação Sindical dos Juizes Portugueses, o Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, o Sindicato dos Funcionários Judiciais, a Ordem dos Advogados e a Ordem dos Solicitadores - um acordo, designado publicamente como Pacto para a Justiça, contendo 88 medidas destinadas a contribuir para melhorar o que vulgarmente se designa como 'Sistema de Justiça'.

Esta é uma iniciativa muito relevante, sob duas perspetivas: em primeiro lugar, pelo exemplo de visão reformista, de que o País tanto precisa, que o acordo por unanimidade e de alcance alargado assume; depois, sendo o que mais releva, porque a qualidade do Estado de Direito representa o principal factor de promoção (ou inibição) do desenvolvimento social e económico de um povo, logo o alcance é muito elevado. Parece-me claro que os agentes diretos do poder judicial perceberam que a degradação visível do sistema exigia uma reação. E tomaram-na, pelo menos em intenção.

Mas, percebamos todos nós que estamos a falar de uma das duas faces da problemática do Estado de Direito - a que está associada ao poder judicial que investiga, julga e administra a justiça. Temos a montante a outra face, a da produção das leis que compõem o edifício jurídico, na qual reside o principal problema, na imensa fragilidade e insuficiência que muitos dos textos do nosso Quadro Legal revelam, e que são as fontes principais da ineficiência do 'Sistema de Justiça' sentida pelos cidadãos. Fica em aberto como melhorar essa outra componente do Sistema.

2. Esperemos pois pela evolução do funcionamento futuro de todas as estruturas do Sistema Judicial. Espera-se que sejam capazes, com base neste Pacto, de proativamente ajudar a melhorar a legislação e, nas suas áreas específicas de missão, de adotar interpretações da lei e regras processuais que ultrapassem as conhecidas fragilidades da mesma, melhorando a eficiência e a eficácia, desde logo reduzindo os tempos de conclusão dos julgamentos, mas também no combate específico aos crimes económicos (incluindo os pagamentos ilícitos através de 'sacos azuis'...) ou ainda no combate aos flagrantes conflitos de interesses que pululam no sistema público, só para citar alguns casos. Votos de sucesso..., que será de todos nós.

Janelas de oportunidade da vida democrática

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto,

Jornal de Notícias, 20 de fevereiro de 2018

1. A entrada em funções de uma nova liderança no maior partido da oposição tem gerado expectativa e debate sobre potenciais condições novas de diálogo político passíveis de conduzirem o país para o caminho das necessárias reformas para o seu desenvolvimento. São situações cíclicas de janelas de oportunidade que se abrem e fecham na nossa vida democrática. Os factos que sustentam essa expectativa são tão simplesmente estes: no País desenvolvido que somos no Mundo, com um potencial humano jovem com níveis de formação como nunca tivemos na nossa história secular, o nosso desenvolvimento social e económico está muito aquém daquele que esse património humano nos permite alcançar, dos níveis de bem-estar da União Europeia em que vivemos e que é o nosso habitat natural.
2. Não tenhamos memória curta. Nos quarenta e quase quatro anos que levamos de democracia, tivemos progressos notáveis, desde logo na resolução do drama colonial e no respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos, mas temos falhado na convergência social e económica. Assim o demonstram indicadores básicos desse nosso estado: a dívida externa responsável por termos chamado o FMI mantém-se muito elevada; as taxas de desemprego, que atingiram os cerca de 17% em 2013, baixaram nos últimos anos para cerca de 9%, o que se saúda, mas muito por razão de atividade precária, assente em salários excepcionalmente baixos para um país europeu; no sector público, o subfinanciamento das várias áreas vitais para o progresso do país tornou-se um ‘facto crónico’!
3. Nós, Portugueses, só daremos um salto qualitativo para a convergência europeia se conseguirmos desenvolver políticas públicas de modernização, de adaptação global da Sociedade aos tempos, tanto na justiça, como na saúde, como na educação básica, como no sistema do ensino superior e da investigação, como na defesa e, não despidendo, como no modelo político. E teremos que o fazer por via de reformas estruturais com a matriz social que promoveu durante décadas o desenvolvimento harmonioso da Europa, e aproveitando a nossa vocação de cooperação universal. Certamente que essas reformas devem ter uma base tão alargada quanto possível, mas passam necessariamente por entendimento entre o PSD e o PS. Não Bloco Central, está visto. Sim, entendimento alargado sobre as Leis de Bases em todas essas áreas. São janelas de oportunidades que só a nós cumpre aproveitar.

Universidade do Porto – 107.º Aniversário

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto,

Jornal de Notícias, 20 de março de 2018

1. A Universidade do Porto (U.Porto) celebra depois de amanhã o seu centésimo sétimo aniversário, referido ao formalismo legal da promulgação, em 22 de março de 1911, do decreto do Governo Provisório da República que a fundou. Cumpre-me nesta efeméride dar uma nota breve sobre a sua dimensão e relevância para o desenvolvimento nacional, bem como uma outra nota sobre desafios.

Hoje, a U.Porto desenvolve a sua missão de serviço público através de 14 faculdades, contando com mais de 2400 docentes e investigadores e cerca de 1600 quadros técnicos não docentes. O seu orçamento consolidado ronda os 296 milhões de euros. Enquadra a atividade de cerca de 32.000 estudantes, dos quais mais de 3.000 são estudantes de doutoramento e cerca de 4.400 são estrangeiros, oriundos de mais de 130 países. Diretamente ou através dos seus institutos de interface, enquadra o trabalho de 49 Unidades de Investigação responsáveis pela produção de cerca de 24% da produção científica nacional. É responsável pelo maior Parque Universitário de Ciência e Tecnologia de Portugal, o UPTEC, atualmente com 181 empresas instaladas e 64 empresas já graduadas, geradoras de cerca de 2400 postos de trabalho altamente qualificados, de uma contribuição para o PIB de mais de 180M€, com um impacto em impostos de mais de 39M€. É uma instituição que pela sua reputação ganhou a confiança pública, em dimensão tal que a faz ser a mais procurada do País.

2. À medida da sua responsabilidade atual e da sua história, a U.Porto enfrenta hoje desafios imensos. O maior e mais relevante é o da adaptação aos tempos: aos grandes desafios da transformação digital da universidade, no sentido de oferecer os seus cursos on-campus e on-line; aos desafios da cooperação internacional competitiva; à exigência do fortalecimento da sua dimensão social, no que a ligação ao território deve ser percebida como grande prioridade, pensando na empregabilidade regional dos nossos jovens e na ligação ao tecido produtivo. Num quadro conjuntural obviamente difícil para todos, em tempos de retração e de óbvio subfinanciamento público que perduram há sete anos, a U.Porto tem sido capaz de contribuir de forma marcante para o desenvolvimento nacional, e assim continuará, nas pontes que vai manter e fortalecer com as Pessoas, com as Instituições e com o Mundo.

Visita de Estado ao Egito – uma lança em África

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto,

Jornal de Notícias, 17 de abril de 2018

1. Reza a história que terá sido de um dito de Nuno Álvares Pereira, por volta de 1425, que nasceu a expressão ‘meter uma lança em África’ que tanto empregamos coloquialmente para sugerir que alcançamos algo difícil ou com grande potencial para o futuro. Ora, foi esse o termo que me ocorreu para de forma simples expressar a avaliação que faço da visita de Estado que o Senhor Presidente da República realizou na semana passada, entre os dias 11 e 13, ao Egito, na qual tive o gosto e a honra de participar: foi e será um marco importante para o fortalecimento da relevância política de Portugal na discussão dos grandes problemas contemporâneos; abriu boas perspetivas para a nossa cooperação económica e científica nesta importantíssima área geográfica.

2. O Egito é País de imensa relevância civilizacional, política e económica: juntamente com a Mesopotâmia representa um berço civilizacional com grande influência na cultura ocidental, protagonismo que se revê na dimensão dos seus extraordinários estudos de arqueologia; no plano político tem um papel moderador crucial no esforço de diálogo e entendimento de civilizações que se desenvolve hoje com grande intensidade, tendo como epicentro o médio oriente; no plano económico, é um dos grandes motores de África, com os seus cerca de 100 milhões de habitantes, sendo de enfatizar a atividade económica que gere e controla através do canal do Suez.

3. Do concreto de resultados, relevam os documentos assinados no âmbito do encontro entre o Presidente Marcelo Rebelo de Sousa e o seu homólogo egípcio, Presidente Abdel Fatah al-Sisi: um memorandum de entendimento sobre a cooperação entre a Zona Económica do canal do Suez e a AICEP Global Parques; e um acordo de cooperação entre a Universidade do Porto, o Instituto Camões e a Universidade de Ain Shams, a terceira maior universidade egípcia, tendo em vista a criação de um Departamento de Português e a oferta de um curso de licenciatura de oito semestres em Estudos Portugueses e Lusófonos, já a partir de setembro próximo. Mas, sem dúvida que o destaque da visita recai no fortalecimento da afirmação política do papel de Portugal no Mundo, através dos discursos políticos notáveis do Senhor Presidente, consistentemente, em terreno delicado, na promoção dos valores de tolerância e diálogo civilizacional que são a essência da convivência, da cooperação e do desenvolvimento dos Povos no Mundo Global de hoje.

A Universidade e a Transformação Digital

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto,

Jornal de Notícias, 15 de maio de 2018

1. Neste último fim de semana participei com gosto, mas principalmente com proveito, no *11.º Forum Expresso XXI - Inovação e Mudança*, uma importante iniciativa da responsabilidade do Dr. Francisco Pinto Balsemão e do Dr. Pedro Norton de Matos, passe a publicidade bem merecida, que mais uma vez se realizou em Vidago e na qual se continuou o debate de anos anteriores sobre como pode e deve Portugal adaptar-se aos tempos, adaptar-se às consequências sociais e económicas da (r)evolução científica e tecnológica que temos vindo a viver desde sensivelmente a última década do século XX. A reflexão deste ano focou-se particularmente na transformação digital da Sociedade, hoje em dia um tema central no debate das políticas públicas e no discurso político, tão óbvia é a sua abrangência universal no quotidiano. E em torno do tema, que comporta uma miríade de nuances, falou-se muito da entrada bem sentida da Inteligência Artificial (IA) na nossa vida.

2. Perceba-se que a IA é um instrumento e não um objetivo. No essencial, constitui-se como um conjunto de metodologias que capturam e acumulam a nossa experiência e os dados da vida, interpretando subsequentemente todo esse conhecimento e produzindo informação e formas de ação que objetivamente constituem importante valor acrescentado para a nossa qualidade de vida. Os métodos de IA integram hoje aplicações e instrumentos generalizadamente disponíveis em todos os domínios, desde, como exemplos, os diagnósticos prospetivos de problemas complexos, seja na saúde ou na economia, até ao controlo de robots na cirurgia ou na produção industrial. Factualmente, com o aumento exponencial da capacidade de computação e da miniaturização, a IA saltou e cobriu o gap entre a teoria do século passado e a prática do século XXI, com sentidas vantagens, mas num crescendo de exigências de alteração de formas de organização e de metodologias de trabalho.

3. As Instituições do Ensino Superior (IES) têm que ser a referência neste esforço de ‘adaptação aos tempos’, de compreender e enfrentar os desafios da mudança. Têm que adaptar o seu modelo de educação, muito especificamente o seu modelo pedagógico, nesta transformação digital irreversível. As universidades têm que dar as bases de um pensamento que permita aos jovens vir a aprender o que ainda não existe ou só agora começa a ser sentido que existe. Só por este caminho conseguiremos evoluir competitivamente neste Mundo Global.

Caro Regime, que resposta aos problemas?

Sebastião Feyo de Azevedo

Professor catedrático, Reitor da Universidade do Porto,

Jornal de Notícias, 12 de junho de 2018

1. Pois é. Depois de anos de uma trajetória de endividamento quase suicida, com todo um país a fazer o papel de espectador anestesiado, depois de anos de Troika e de medidas violentas para resolver essa quase bancarrota em que caímos, depois do falhanço da regulação, expresso em milhares de milhões de euros desperdiçados no sistema financeiro, depois de alguma acalmia e melhoria das condições de vida, reaparecem os sinais fortes da instabilidade social e existencial em que realmente temos vivido nos últimos 40 anos e que de novo ameaçam o nosso futuro.

2. Renovo o apelo que fiz nesta mesma coluna, em 20 de fevereiro deste ano. Não tenhamos memória curta. É certo que nestes anos de democracia alcançamos alguns progressos importantes e notáveis, desde logo na resolução do drama colonial e no respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos, como também na inequívoca melhoria material, educacional e cultural que o regime promoveu. Mas, hoje percebemos que este progresso é curto. Podemos e devemos alcançar muito mais. Temos falhado no objetivo central da convergência social e económica. Assim o demonstram indicadores básicos desse nosso estado: a dívida externa mantém-se muito elevada; a economia vive com salários excepcionalmente baixos para um país europeu; no sector público, e esta é uma questão crucial, o subfinanciamento das várias áreas vitais para o nosso progresso competitivo tornou-se gravosamente um ‘facto crónico’!

3. É por demais evidente a necessidade de reforma do sistema público, como bem o demonstra a atual conflitualidade, desproporcionada e insustentável para o País, levantada pelos sindicatos do ensino secundário, conflitualidade que é claramente a ponta de um grande *iceberg*, no efeito dominó que encerra.

Nós só daremos um salto qualitativo se conseguirmos desenvolver políticas públicas de modernização, de adaptação global da Sociedade aos tempos, em particular de luta contra uma organização corporativa, fragmentada e dominada pela burocracia, tanto na justiça, como na saúde, como na educação básica, como no sistema do ensino superior e da investigação, como na defesa e, não despreciando, como no modelo político. E teremos que o fazer por via de reformas estruturais, com consensos alargados, com a matriz social que promoveu durante décadas o desenvolvimento harmonioso da Europa, e aproveitando a nossa vocação de cooperação universal.

Malgré Tout, confio que o Regime vai estar à altura dos tempos.